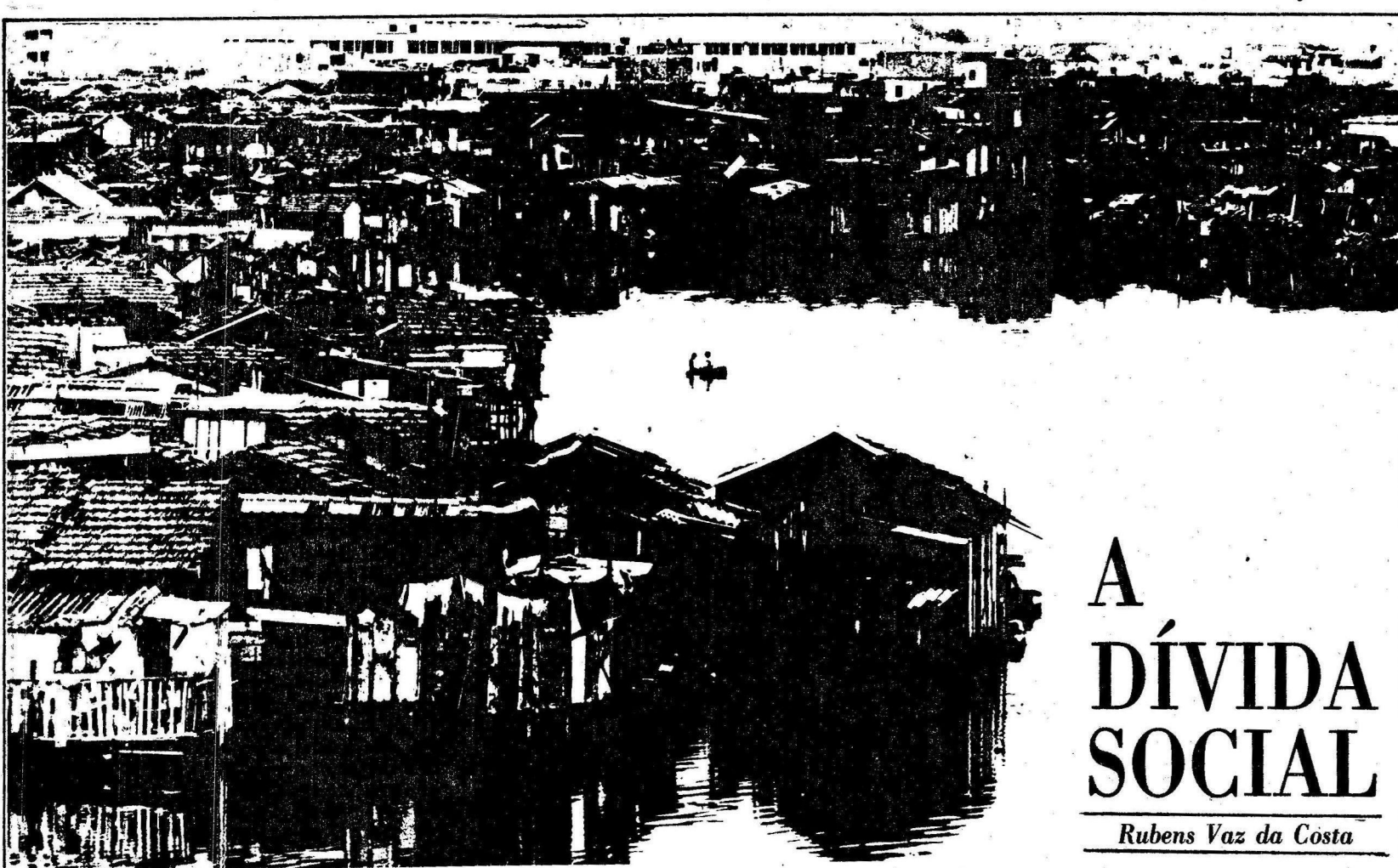




A DÍVIDA SOCIAL

Rubens Vaz da Costa



NOS últimos anos a nossa vida externa cresceu rapidamente ultrapassando US\$ 50 bilhões no fim de 1979. A dívida interna também aumentou velozmente, atingindo a cifra de Cr\$ 500 bilhões.

Ao mesmo tempo, o Brasil contraiu assustadora "dívida social". Defino a dívida social como a diferença entre o nível de vida ou de consumo, que a sociedade brasileira aceita que todos devem ter, e aquela que milhões de brasileiros realmente têm.

A dívida interna decorre do fato de que o Governo gastou mais do que arrecadou em impostos e do que emitiu em moeda corrente para cobrir o déficit orçamentário. A dívida externa expressa o valor que compramos a mais no estrangeiro, do que vendemos a outros países. São, portanto, recursos que recebemos de fora para atender às necessidades de investimento e a outros gastos que não poderíamos financiar com nossos próprios recursos.

Assim, tanto a dívida interna, como a dívida externa proporcionaram meios que se somaram aos da tributação (um quarto da produção nacional) para cobrir a dívida social. Há que levar em conta que nos últimos 15 anos, o Brasil logrou taxas de crescimento econômico sem precedentes, que a despeito da deterioração na distribuição da renda social, resultaram na elevação do nível de vida da população. Sem embargo, o rápido crescimento demográfico — mais de 50 milhões entre 1960 a 1980 — e a desordenada urbanização, contribuíram decisivamente para que aumentassem vários componentes da dívida social e para que outros lentamente declinassem.

Vejam alguns exemplos de dívida social. Todo Estado moderno assume

a obrigação de oferecer educação primária gratuita e universal. A Constituição federal prescreve, em seu Artigo 176, parágrafo 3º, inciso II: "O ensino primário é obrigatório para todos dos sete aos 14 anos e gratuito nos estabelecimentos oficiais."

No entanto, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) 77, informa que mais de 6 milhões de crianças de sete aos 14 anos de idade, são analfabetas, número comparável ao de 1960. Os maiores de 15 anos que não sabem ler e escrever, somam quase 16 milhões. O país, que é a décima economia do mundo, deve a educação primária a 22 milhões de seus filhos, isto é, a um quarto da população de mais de sete anos de idade.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, das Nações Unidas, estatui em seu artigo XXIII, item 3: "Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social".

No Brasil, há 5 milhões de pessoas que trabalham sem receber qualquer remuneração em dinheiro. Trabalham pela alimentação e pelo teto. Com que recursos e em quanto tempo vamos resgatar a dívida de uma "remuneração justa e satisfatória" para esses 5 milhões (que eram 2 milhões 900 mil em 1970) que além de criar 1 milhão 500 mil de empregos por ano, para atender às pessoas que chegam à idade de trabalhar?

Não é fácil imaginar como se pode, hoje em dia, viver sem luz elétrica. A falta de luz elétrica significa a falta de um dos mais elementares confortos da sociedade moderna. Para 40 milhões de brasileiros, entretanto, ainda não

chegou o invento que celebrou Thomas Edison há 100 anos!

Mais essencial do que a luz elétrica é, sem dúvida, água encanada, de boa qualidade. A água é a fonte da vida. Água de má qualidade, contaminada, pode ser o vetor de doenças e da morte. Mas 65 milhões de brasileiros não têm água encanada, bebendo água não tratada, de qualidade duvidosa. Em 1960, eram 55 milhões e em 1970, 62 milhões. Apesar dos vultosos investimentos do BNH, através da Planasa (Plano Nacional de Saneamento) e dos Estados, aumenta ano a ano a população que bebe água de qualidade suspeita.

Seis milhões de moradias, em que vivem 32 milhões de brasileiros, não contam com instalações sanitárias de qualquer tipo. A inexistência de fossas, para não falar em esgotos, indica o potencial de contaminação da água, pois as moradias sem instalações sanitárias são, também, as que não têm água encanada.

Embora não esteja escrito na Constituição, nem na Declaração dos Direitos do Homem, uma moradia que abrigue com segurança e algum conforto, é aspiração de toda família. Cinco milhões de famílias brasileiras moram em "domicílios rústicos", classificação estatística oficial para as favelas, mocambos e outras formas de habitação "infra-humana". Em 1970, eram 4,6 milhões, o que demonstra, outra vez, que a despeito do imenso programa de construção de habitações financiadas pelo BNH, cresce a população favelada.

A lista da dívida social é longa e deprimente. Vinte milhões de "carentes totais" (de acordo com o ex-Ministro da Previdência Social, Nascimento Silva, responsável pela estatística, são pessoas que não podem so-

breviver com os próprios meios, dependendo da ajuda do Governo, da caridade pública ou de parentes); 2 milhões de menores abandonados cujo destino pode ser a marginalização ou o crime; as crescentes disparidades regionais; 5 milhões de famílias abaixo da linha de pobreza, isto é, com renda mensal até um salário mínimo; para não mencionar grande número de chagásicos, de infestados por esquistossomos, de debilitados por verminose e por tantas outras enfermidades da pobreza, nem falar na mortalidade infantil que chega a 250 óbitos, por mil crianças, em Recife.

Há enorme e gritante paradoxo entre o Brasil ser a décima economia do mundo e ter dívida social tão elevada, especialmente quando todos os Governos proclamam que a meta é o homem, isto é, a melhoria da qualidade da vida do brasileiro.

Será que além das distorções do nosso modelo econômico, do consumo importado dos países ricos, da má distribuição da renda, dos gastos suculentos dos Governos, das empresas e dos ricos, das prioridades duvidosas, não há outra explicação para o nível e aumento da dívida social?

Talvez devêssemos, os brasileiros, nos perguntarmos se é possível resgatar ou reduzir substancialmente a dívida social, enquanto a população crescer cerca de 3 milhões de pessoas por ano.

Será que o Governo federal tem resposta para esta pergunta, e mais grave ainda, se pode explicar por que não tem uma política populacional, por que ainda não implantou um programa de planejamento familiar voluntário, por que parece confundir nação numerosa com grande nação, por que não entende que, com recursos

limitados, número crescente de pessoas e melhoria da qualidade da vida para a maioria, são incompatíveis?

Até quando vai o Governo ignorar a relação entre as carências da maior parte da população e o rápido crescimento demográfico do país? É justo reconhecer, sem embargo, que o Presidente Figueiredo deu um primeiro passo, ao incluir entre suas diretrizes a implantação do planejamento familiar. De prático, no entanto, nada se fez até agora.

É evidente que um programa federal de planejamento familiar voluntário

rio não vai resolver o problema da dívida social. É preciso fazer muito mais. Reduzir ou eliminar gastos desnecessários ou adiáveis. Aumentar a poupança interna, melhorar a distribuição da renda social, orientar os investimentos para as necessidades da maioria do povo. Tudo isto, e mais, é necessário fazer. Mas, nada contribuiria tanto quanto a rápida diminuição da taxa da natalidade. E a natalidade começará a baixar quando o Governo implantar um programa nacional de planejamento familiar voluntário. Por que protelar ainda mais?

DÍVIDA SOCIAL EVOLUÇÃO 1960 — 1977

	1960	1977
ANALFABETOS (7 anos e mais)	23,4	22
CARENTES TOTAIS	—	20
MENORES ABANDONADOS	—	2
TRABALHADORES SEM REMUNERAÇÃO	3,4	5
FAMÍLIAS ABAIXO DA LINHA	—	—
DE POBREZA (até 1 S.M.)	—	5
DOMICÍLIOS RÚSTICOS	4,6	5
DOMICÍLIOS DE UM SÓ DORMITÓRIO	4,3	7
PESSOAS SEM ÁGUA ENCANADA	32	55
DOMICÍLIOS SEM INSTAL. SANITÁRIAS	7	6
PESSOAS SEM LUZ ELÉTRICA	44	40

FONTES: PNAD — 1977

Recenseamento Geral de 1960

O economista Rubens Vaz da Costa é Secretário de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo e foi presidente do Banco Nacional de Habitação e do Banco do Nordeste do Brasil e superintendente da Sudene.